

EDUCAÇÃO

Diagnóstico da educação brasileira

As orientações gerais de governo e a visão do ministro sobre o papel e as prioridades do Ministério da Educação (MEC) foram ponto de partida para a reflexão coletiva de sua equipe, cujas propostas encontram-se consolidadas em documento denominado “Alinhamento Estratégico MEC 2003”. Esse documento deve servir como bússola para a ação de todas as secretarias e órgãos vinculados ao MEC em 2003, além de organizar os fundamentos que irão nortear a concepção do Plano Plurianual da educação para 2004-2007.

A mensagem inicial do ministro enfatiza que um projeto nacional começa pela educação. Discorrendo sobre o quadro atual, afirma que a educação no Brasil, em vez de redutora da desigualdade, tem servido como sua indutora, o que poderia ser constatado de várias formas. Considerando-se o investimento educacional médio que recebe uma pessoa de classe baixa, chega-se a um valor de R\$ 3.200,00, equivalente a quatro anos de estudo a um custo de R\$ 800,00 por ano. Por sua vez, uma pessoa de classe média ou alta pode custar 57 vezes mais se cursar até o mestrado, completando dezenove anos de apoio educacional ao gasto médio mensal de R\$ 800,00.

Vários indicadores educacionais também revelam a grande desigualdade entre as regiões do país. Em 2001, a taxa de analfabetismo no Nordeste foi estimada em 24,3%, enquanto que Sul e Sudeste apresentaram taxas de 7,1% e 7,5%, respectivamente. A escolaridade média do jovem nordestino de 15 a 24 anos é de 5,9 anos de estudo, significativamente inferior à de jovens do Sul e do Sudeste, na mesma faixa etária, que alcançam 8,1 e 8,3 anos, respectivamente.

A educação também se mostra desigual por gênero e raça, reforçando desigualdades sociais a serem combatidas. Os negros correspondem a 67% dos analfabetos, sendo que apenas 3% dos concluintes do ensino médio são negros. Semelhante percentual é o de negros entre as pessoas com doze anos de escolaridade ou mais. Por sua vez, parcela considerável dos portadores de deficiência continua alijada, na medida em que o seu atendimento continua restrito a poucas escolas.

O diagnóstico do MEC ainda destaca uma situação inaceitável na educação básica: cerca de 9,6 milhões de crianças de 4 a 6 anos não têm acesso à pré-escola. Entre aquelas que se encontram em idade escolar obrigatória, cerca de 3,6% não estão matriculadas. Desse modo, mais de 2 milhões de crianças de 7 a 14 anos trabalham em vez de estudar, sendo que 800 mil estão envolvidas nas piores formas de trabalho, inclusive a prostituição.

O desempenho educacional dos alunos da educação básica encontra-se bastante aquém do que se considera adequado. No ensino fundamental, cerca de 39% dos estudantes estão com defasagem idade-série. Além disso, de cada 100 alunos matriculados na 1ª série, estima-se que apenas 41 concluem esse nível do ensino e, destes, estima-se

que apenas 16 concluirão o ensino médio. Ainda sob o enfoque dessa análise, não mais que 25% dos concluintes da Educação Básica estariam aptos para o enfrentamento dos desafios impostos por um mercado em rápida e contínua transformação.

No ensino superior, a situação é considerada menos dramática, apesar de a oferta limitada de vagas pelas instituições públicas de ensino reforçar a exclusão de grande parcela dos candidatos à educação gratuita e de qualidade, a maioria egressa do ensino médio público. Dos cerca de 3,2 milhões de estudantes que concluíram o ensino médio em 2000, 1,2 milhão ingressou no ensino de graduação, sendo que apenas 274 mil em instituições públicas.

Diretrizes gerais das ações do MEC

Uma vez delineado o quadro de referência que destaca vários problemas a serem enfrentados, são evidentes os enormes desafios para a construção do projeto da nova gestão, que atribui ao MEC a Missão de “Promover o processo de mudança no Brasil por meio da educação de qualidade para todos”.

Além de enunciar a Missão do MEC, o Alinhamento Estratégico apresenta quatro diretrizes básicas, apresentadas como marcas a serem deixadas pela atual gestão, que devem nortear as ações de todo o ministério: *i)* mudar as condições de vida e de trabalho dos professores e aprimorar sua formação; *ii)* universalizar o ensino, com qualidade, para todas as crianças e adolescentes; *iii)* abolir o analfabetismo; e *iv)* transformar a educação profissional e a universidade.

Por meio da Portaria nº 1.403, o MEC instituiu a Política Nacional de Valorização e Formação de Professores, que cria o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Tal sistema compreende o Exame Nacional de Certificação da categoria, além de programas de incentivo e apoio à formação continuada e a Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação. O Exame Nacional de Certificação de Professores destinar-se-á a todos os professores, mas a participação dos profissionais em exercício e dos concluintes do curso normal é voluntária. Deverão submeter-se à prova os concluintes de cursos de licenciatura e pedagogia.

A fim de incentivar os professores em exercício, o Ministério da Educação encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei que institui a bolsa federal de incentivo à formação continuada, a ser concedida a todo professor aprovado no exame que esteja em exercício na rede pública. O valor da bolsa será estabelecido anualmente em função das disponibilidades orçamentárias da União. O controle da concessão e do pagamento será feito por meio de um cadastro nacional de professores, a ser administrado pelo MEC. Além disso, o ministério também se comprometeu a definir um piso salarial para os professores ainda em 2003 duplicar do salário médio dos docentes até 2007.

A universalização da educação básica com qualidade, que constitui a segunda intenção do Alinhamento Estratégico, tem como pré-requisito essencial o equacionamento da questão do financiamento. Nesse sentido, o MEC anunciou sua intenção de ampliar o valor *per capita* do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 2003, e a criação de Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em 2004, cujo objetivo é o de assegurar o financiamento de toda a educação básica, em moldes semelhantes ao do Fundef.

A intenção de rever o valor mínimo do gasto aluno-ano do Fundef vem ao encontro das críticas constantes da maioria dos atores sociais da educação ao fato de a União participar cada vez menos na composição dos recursos aplicados no Fundef. Se, em 1998, a complementação da União correspondeu a 3,2% dos recursos do Fundef, em 2002, esse índice foi reduzido para 2,3% do total. Esse declínio na participação da União tem sido atribuído ao baixo ajustamento do gasto mínimo *per capita* que, desde a sua implantação, não só deixou de cumprir o que estabelecia a própria legislação de regulamentação do fundo, como também não acompanhou o crescimento da arrecadação de estados e municípios.

Um dos focos de resistência à elevação do valor mínimo residia na própria União, tendo em vista que haveria ampliação da complementação de recursos pelo MEC, o que colocaria o ministério em rota de colisão com a área econômica do governo. A redução, em termos relativos, da participação da União na composição do Fundef significou, para alguns, uma forma de desobrigação do ministério para com o ensino fundamental. Por outro lado, também haveria resistências junto às instâncias subnacionais, na medida em que a ampliação do gasto mínimo por aluno alteraria a distribuição dos recursos entre os governos estaduais e municipais.

Como a intenção da gestão atual é a de rever essa questão central do Fundef, a discussão seria a respeito dos critérios técnicos que seriam utilizados para recompor o valor a ser adotado como gasto anual mínimo por aluno. No entanto, qualquer que seja o critério adotado, estima-se que haverá uma correção expressiva desse valor mínimo, o que implicará um aporte significativo de recursos por parte do ministério. Como esse aporte adicional não está previsto no orçamento, resta saber se a ampliação do gasto por aluno no ensino fundamental será financiada pelo remanejamento interno de fontes de recursos, com implicações para o cumprimento de determinadas funções ou se o orçamento da educação será efetivamente ampliado.

A instituição do Fundeb constitui uma antiga reivindicação da área de educação, principalmente daqueles segmentos vinculados à educação infantil e ao ensino médio. No entanto, um dos principais óbices à concretização dessa idéia refere-se aos recursos financeiros necessários à sua implementação. Algumas simulações realizadas mostram que a necessidade de financiamento para tal fundo dependerá dos cenários que venham a ser configurados em relação ao gasto aluno/ano que se adote. Por exemplo, em um cenário de manutenção das estruturas de gasto atuais – gasto aluno/ano no mesmo nível do Fundef –, o Fundeb deveria contar com cerca de R\$48 bilhões em 2003 (4,1% do PIB). Porém, em um cenário mais favorável, os recursos do fundo seriam da ordem de R\$ 74 bilhões, o que corresponde a cerca de 6,4% do PIB e, em comparação com o cenário anterior, representaria um esforço adicional de financiamento de mais de 54%.

A depender do cenário adotado, variar-se-ia a complementação financeira da União, ou seja, o esforço de financiamento que o MEC teria de empreender para assegurar a execução de tal política. Em relação ao primeiro cenário delineado, observa-se que a complementação a ser realizada pela União poderia atingir cerca de R\$ 8 bilhões, o que implicaria um crescimento de 50% no orçamento atual do MEC. No segundo cenário, a complementação da União atingiria cerca de R\$ 34 bilhões (2,9% do PIB), o que representaria, de fato, um expressivo aumento de recursos para o financiamento da educação básica. Neste caso, os estados não perderiam re-

cursos para seus municípios e, em conjunto com estes, demandariam grande quantidade de recursos da União.

Por outro lado, os resultados das estimativas também indicam que a instituição do Fundeb, assim como ocorreu em relação ao Fundef, pode implicar uma minirreforma tributária em cada estado, com possibilidades de gerar impasses e forçar negociações entre os dirigentes dos executivos estaduais mais atingidos e o MEC visando à compensação de perdas de receitas estaduais ou municipais.

A terceira intenção básica do Alinhamento Estratégico situa-se no bojo da prioridade anunciada pelo MEC de implantação de políticas de inclusão social. Sob essa perspectiva, assume relevância a erradicação do analfabetismo até 2006. O desafio que se coloca é o de alfabetizar mais de 16 milhões de pessoas, desigualmente distribuídas pelo país, em um esforço amplo de cooperação entre as três esferas de governo e mediante parcerias com a iniciativa privada.

O combate ao analfabetismo no Brasil tem uma longa história marcada por diferentes tentativas e métodos utilizados. Algumas experiências tornaram-se emblemáticas pelo seu fracasso, como é o caso do Mobral. Ironicamente, à época do Mobral, o método criado por Paulo Freire era aplicado com sucesso em outros lugares do mundo, com o intuito de erradicar o analfabetismo.

A existência de um repertório de experiências metodológicas de sucesso na alfabetização de jovens e adultos levou o MEC a reconhecer como válidos todos os métodos bem-sucedidos de alfabetização, o que evitou o acirramento de disputas travadas entre correntes pedagógicas distintas no PT.

Apesar de a referida disposição do MEC ser considerada um avanço por reconhecer diferentes projetos e valorizar múltiplas experiências, também é criticada pela ausência de princípios norteadores de uma política pública. Admite-se que o ministério não deva envolver-se em decisão técnica sobre métodos de alfabetização, mas seria fundamental que fossem definidas diretrizes gerais para a educação de jovens e adultos, as quais poderiam nortear as diferentes iniciativas e métodos de alfabetização.

Um dos requisitos elementares para o sucesso do programa de alfabetização é a ampliação do quadro de alfabetizadores. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), o Brasil possui cerca de 49 mil professores que atuam no primeiro ciclo do ensino fundamental. Para que o analfabetismo fosse erradicado em quatro anos e, supondo-se que a alfabetização pudesse ser concluída em ciclos semestrais, em classes de dez alunos, seriam necessários 200 mil professores. Apesar de a exigência de professores para atuar no programa ser bastante significativa, é possível que muitos dos professores que já atuam no ensino fundamental possam exercer um trabalho suplementar remunerado, em cursos noturnos de alfabetização. No intuito de viabilizar essa alternativa, o MEC publicou, em abril de 2003, uma resolução que prevê uma espécie de bolsa para os alfabetizadores, no valor de R\$ 15,00 por aluno atendido.

Na linha da prioridade atual de inclusão educacional, a nova gestão também se propõe a aumentar as ações de transferência de dinheiro realizadas pelo governo anterior, principalmente as denominadas de nova geração, cuja característica principal é a transferência direta de renda ao beneficiário, associada ao cumprimento de alguma condicionalidade vinculada à educação. O MEC pretende oferecer benefícios em dinheiro a alunos carentes (definição que pode variar conforme o escopo da ação),

em quase todos os níveis de ensino, mediante a oferta de um conjunto de “bolsas” tais como: Bolsa-Escola; Bolsa-Ensino Médio; Bolsa-Primeira Infância; e Bolsa-Pré-Escola. O ministério ainda pretende implementar o Poupança-Escola, com abrangência sobre os três anos de ensino médio, e ampliar o público beneficiário do programa Bolsa-Escola, com a incorporação dos estudantes na faixa etária de 16 e 19 anos.

Esse conjunto de ações deverá ser gerido pela Secretaria de Inclusão Educacional, a ser incorporada à estrutura do MEC, em substituição ao órgão gerenciador do Bolsa-Escola. Além de administrar as bolsas, essa nova secretaria também deverá encarregar-se da implementação de programas de combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e jovens, em parceria com organizações não-governamentais e entidades sociais.

Assim como foi observado em relação ao Fundef, a ampliação do rol de beneficiários de auxílios financeiros mediante a concessão de bolsas esbarra na necessidade de financiamento. Considerando-se a disponibilidade atual de recursos para o financiamento do Bolsa-Escola, resta saber o volume de recursos adicionais que será necessário e quais serão as fontes de financiamento para a implementação desses benefícios.

Outra questão relevante relaciona-se à intenção do governo de unificar programas e ações sociais, principalmente aqueles caracterizados como de assistência social e que ocorrem mediante transferências monetárias, no intuito de evitar a sobreposição em virtude da multiplicidade de ações do governo federal. Outro argumento que justifica essa unificação diz respeito ao fato de que a gestão de cada programa em ministérios diferentes pode gerar aumento de custos relacionados a aspectos como identificação do público-alvo, realização e fiscalização de benefícios. Além disso, há o problema de articulação com ações similares executadas nas instâncias estadual e municipal, o que acarreta dúvidas, por exemplo, de como lidar com casos em que, em uma mesma cidade, duas famílias com condições de vida semelhantes irão receber recursos de forma e valores diferentes, a depender da origem do benefício.

Transformar a educação profissional e a universidade corresponde à quarta intenção básica do Alinhamento Estratégico. De acordo com a legislação vigente, a educação profissional foi concebida como complementar à formação geral, o que evidencia o reconhecimento de que a formação de profissionais para o enfrentamento dos desafios atuais pressupõe uma sólida formação geral e uma qualificação profissional específica. Nesse sentido, uma nova proposta para a educação profissional, a ser implementada em 2004, buscará melhorar a articulação e a complementaridade entre a educação profissional e o ensino médio por meio de currículos flexíveis, modulados, que possibilitarão trajetórias profissionais diversificadas e atualização permanente. Os currículos deverão orientar-se pelas competências requeridas para o exercício profissional e, portanto, os cursos deverão estar mais sintonizados com as demandas do mercado, dos cidadãos e da sociedade. Competências profissionais adquiridas fora da escola serão reconhecidas para fins de continuidade de estudos de nível técnico, a partir de avaliação realizada pela instituição formadora.

A gestão ministerial atual também defende a formulação de um novo projeto para a universidade brasileira, a ser concebido ainda em 2003, o qual deverá considerar as novas demandas da sociedade neste início de século XXI. Dada a complexidade dessa empreitada, é provável que tenham início os debates acerca de tal projeto no corrente

ano, e não que este venha a ser concluído em espaço de tempo tão curto. Na medida em que se pretende que a “Universidade do Século XXI” incorpore as novas demandas sociais, o referido projeto deveria ser desenhado a partir de consultas e debates públicos, com amplo envolvimento da comunidade acadêmica, no intuito de formar consensos em torno dos quais haja sinergia de esforços com vistas ao efetivo atendimento dessas demandas.

A Universidade Aberta, centrada na educação a distância e utilizando-se das novas tecnologias, seria um dos meios pelos quais a educação superior poderia tornar-se menos elitizada e mais célere nas respostas às demandas sociais.

A fim de que a universidade brasileira venha atender a essas demandas, há de se ampliar a autonomia universitária, sobretudo no que se refere às dimensões administrativa e de recursos para a sua manutenção. Nesse sentido, o MEC propõe-se a debater a autonomia universitária já a partir de 2003.

Em virtude da própria incapacidade de o Poder Público ofertar um volume de vagas suficiente para atender a demanda, ou mesmo de tornar essa oferta preponderante, já foram instituídos dois programas de financiamento para estudantes de ensino superior matriculados em instituições privadas – Crédito Educativo (Creduc) e Financiamento Estudantil (Fies). No entanto, constata-se que o contingente de beneficiários de ambos os programas não representa mais que 10% do total de matriculados nas instituições privadas, o que sugere que uma significativa parcela da demanda não vem sendo atendida. Tal entendimento também é reforçado pelos crescentes índices de inadimplência a que tem sido submetido o ensino superior privado. Diante dessa conjuntura, o MEC estabelece a necessidade não só de ampliar, mas também de redesenhar o Fies, de modo que este atenda a um maior número de estudantes carentes.

A gestão atual do MEC também indica a necessidade de se ocupar as vagas ociosas existentes nas instituições públicas, na medida em que cerca de 33% dos que ingressam na universidade não concluem o curso e, portanto, não obtêm uma habilitação profissional. Apesar de, a rigor, isso não configurar um baixo aproveitamento das vagas ofertadas, tendo em vista que apenas 5% das vagas ofertadas pelas instituições públicas não são preenchidas, esse fato evidencia dificuldades e limitações dos estudantes que, em última instância, comprometem a qualidade do gasto público sob a ótica de sua eficácia, o que suscita a busca de mecanismos de correção dessa situação por parte do MEC.

As orientações estratégicas do MEC

O documento *Orientação Estratégica do Ministério da Educação* afirma, em sua parte introdutória, que as diretrizes definidas por esse ministério estariam “perfeitamente alinhadas com a Orientação Estratégica de Governo”, e que o grande desafio seria o de “mudar em poucos anos a realidade da educação brasileira permitindo completar a república e a abolição por meio da educação de qualidade para todos”. Sob essa perspectiva, a educação é vislumbrada como ponto de partida para a implementação de um “projeto de futuro para o Brasil”.

No intuito de contextualizar a situação-problema que se coloca como desafio a ser superado pela nação brasileira, são ressaltados os principais déficits relativos à área da educação: os grandes contingentes de analfabetos e analfabetos funcionais ainda

existentes no país; os milhões de crianças que não têm acesso à educação infantil e mesmo ao ensino fundamental, bem como a desproteção da infância, na medida em que parcela significativa das crianças ainda se vê obrigada a gerar renda, inclusive sob formas degradantes como a prostituição; a baixa qualidade da educação e a iniquidade em relação às condições de acesso e de permanência na escola.

O baixo desempenho do alunado na educação básica é atribuído a um conjunto de fatores, entre os quais inclui-se a heterogeneidade dos sistemas de ensino do ponto de vista da infra-estrutura e das desigualdades regionais. O professor, como um dos principais responsáveis pelo sucesso escolar do alunado, é considerado não apenas a partir de sua qualificação técnica, mas também em relação à sua valorização profissional, tendo em vista a necessidade de se atrair para a docência os melhores profissionais. Por fim, o baixo desempenho do alunado estaria associado ao nível educacional dos pais e à renda familiar.

Os treze objetivos setoriais estabelecidos na Orientação Estratégica do MEC, analisados a seguir, têm como princípios orientadores o acesso irrestrito à educação de qualidade como forma de promover a inclusão social com redução das desigualdades sociais, regionais, raciais e de gênero, a qualificação dos trabalhadores, a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia, que constituem o cerne dos megaobjetivos do PPA 2004-2007.

O primeiro objetivo – assegurar a assistência educacional à primeira infância carente – refere-se às “iniciativas que assistem minimamente às crianças de zero a três anos de idade, que não têm condições de estar em creche ou escolas especializadas, como comida, brinquedo pedagógico, formação para as mães etc”.

A principal ação desenhada para atingir esse objetivo corresponde à concessão da Bolsa Pré-Escola às famílias com crianças nessa faixa etária. Entretanto, ao contrário do que estabelece o enunciado do objetivo, a ênfase não seria educacional, mas assistencial.

O segundo objetivo refere-se à necessidade de se universalizar a educação básica por meio de um “conjunto de ações que incide sobre a democratização, no sentido do acesso, da permanência e do sucesso dos alunos, desde a construção de novas escolas, passando pela contratação de novos professores, até a incorporação de segmentos sociais desfavorecidos por razões de classe, região, étnicas ou alunos com necessidades educacionais especiais”.

Entre as principais ações que integram esse segundo objetivo, citam-se: a criação do Fundeb; a distribuição de uniformes escolares para alunos do ensino fundamental; a ampliação do atendimento às crianças de quatro a seis anos de idade e aos alunos com necessidades especiais de educação. Como forma de universalizar a educação básica, propõe-se a ampliação da oferta de vagas no ensino médio, de modo que a todos os concluintes do ensino fundamental sejam atendidos. Além disso, está prevista a concessão de bolsas de estudo como mecanismo que assegure a permanência e o êxito escolar de parcela do alunado.

A família deve exercer importante papel na consecução desse objetivo, na medida em que é concebida “como unidade de referência básica e fundamental do processo educacional (...) em que todos estejam envolvidos e comprometidos com a promoção da inclusão social pela educação (...)”.

O terceiro objetivo diz respeito à necessidade de garantir a alfabetização a todos os jovens e adultos, o que pressupõe a mobilização e a organização sociais, em particular o apoio às iniciativas locais de sucesso e à criação de atividades e iniciativas que estimulem o hábito da leitura mediante, por exemplo, o acesso a livros especiais.

Talvez seja esse um dos objetivos mais ousados, na medida em que estabeleceu como meta a erradicação do analfabetismo até 2006. Só para 2003, está prevista a alfabetização de cerca de três milhões de jovens e adultos.

O quarto objetivo – expandir a oferta de vagas nos ensinos profissional e superior – tem como principal implicação a incorporação ao mercado de trabalho de novos contingentes de profissionais qualificados.

Em relação à educação profissional, a meta estabelecida pelo MEC está relacionada à implantação de um novo modelo de ensino já em 2004, enquanto que, para a educação superior, propõe-se a definição de um novo projeto para a universidade brasileira que esteja em sintonia com os novos padrões, estruturas e demandas sociais. Para tanto, sugerem-se medidas como a ampliação da autonomia universitária, a substituição do Fies pelo Programa de Assistência ao Estudante (PAE) e a implantação da Universidade Aberta.

A transformação do Brasil em uma escola aberta e permanente de cidadania (quinto objetivo) demandará um conjunto de iniciativas que permitam a todos o acesso virtual ou informal à escolaridade e ao conhecimento, por meio de ensino a distância, TV educativa, acesso a jornais e periódicos, e de ações como Mala do Livro, Aluno Leitor, Paz no Trânsito, etc.

O sexto objetivo trata da promoção da democratização da gestão em todos os estabelecimentos de ensino. Neste caso, importam todas as ações que impliquem melhorias na gestão das unidades de ensino, formação e pesquisa, como a extinção da atual lista tríplice de indicados ao cargo de reitor, que é submetida ao veredicto presidencial, e a adoção de novos métodos de trabalho e de participação da comunidade.

A formação e a valorização dos professores, bem como a capacitação e a valorização dos trabalhadores em todos os níveis de ensino, constituem, respectivamente, o sétimo e o oitavo objetivos. Para que tais objetivos sejam alcançados são necessárias ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis, mediante a oferta de oportunidades de formação permanente aos professores, associadas a um sistema de progressão funcional que valorize a qualificação.

A renovação pedagógica e os investimentos em equipamentos destinados a todos os estabelecimentos da educação básica integram o nono objetivo da Orientação Estratégica do MEC. Essas ações são percebidas como essenciais para tornar a escola um ambiente estimulante para a aprendizagem e vinculada à realidade concreta. Portanto, essas são condições necessárias à promoção da qualidade do ensino.

A “Escola Básica Ideal” constitui um modelo a ser progressivamente implementado em todos os níveis de ensino. Tal implementação corresponde ao décimo objetivo. Trata-se da escola em que os alunos têm ensino de qualidade, inclusive os portadores de necessidades educacionais especiais, em horário integral, com merenda, transporte, assistência médica e odontológica, biblioteca, esportes, cultura, lazer. Sua gestão é do tipo participativa, sendo que a comunidade tem acesso às atividades culturais e desportivas, além de permitir a alfabetização de adultos. A implantação desse modelo de escola terá início em locais estrategicamente escolhidos.

O 11º objetivo corresponde à necessidade de adequar a universidade brasileira aos desafios do século XXI. Trata-se da implementação da Universidade do Século XXI, a qual deve refletir as tendências de futuro de forma que se capacite a responder às novas demandas, criando cursos, inventando processos pedagógicos, gerando conhecimentos para o desenvolvimento sustentável do país, o que demandará não apenas a recuperação e a manutenção das instalações físicas, como também a valorização dos seus quadros de pessoal.

O 12º objetivo visa reformular a educação profissional no intuito de implementar um ensino profissionalizante que acompanhe as tendências mundiais, de forma que as novas configurações do mercado de trabalho sejam sempre acompanhadas de oferta de mão-de-obra de qualidade.

Por fim, tem-se como último objetivo ampliar a sustentabilidade da educação pública mediante a implantação de uma gestão moderna, aliada à busca de novas fontes de financiamento. Para que a educação venha a tornar-se uma variável decisiva na construção do futuro do país, devem-se adotar práticas de gestão modernas e eficientes, nas quais prevaleçam os princípios da democracia, da racionalização dos meios, da busca de novos mecanismos de financiamento, da transparência das informações, do acompanhamento e da avaliação das ações.

Considerações finais

Apesar de, em linhas gerais, haver concordâncias entre os diagnósticos da educação brasileira formulados pelos governos anterior e atual, percebem-se diferenças nas ações e estratégias para eliminar os problemas identificados. Além disso, os objetivos e metas delineados pelo atual governo remetem para a necessidade de um aporte significativo de recursos financeiros à área da educação. Portanto, não se defende apenas que os recursos disponíveis já seriam suficientes, bastando apenas que fossem mais bem aplicados. Trata-se, também, de ampliar o volume de investimentos na área.

Tendo em vista a contenção orçamentária que tem prevalecido nesse primeiro semestre de governo, com implicações negativas para os níveis gerais de emprego e renda, pode-se supor que esses investimentos adicionais dificilmente seriam auferidos caso essa orientação de política macroeconômica viesse a ser mantida até o fim desse mandato presidencial.

Nesse sentido, a consecução dos objetivos e metas estabelecidos pelo MEC para os próximos anos pressupõe não só o aprimoramento de sua capacidade de coordenação da política educacional, envolvendo os processos de desenho, acompanhamento e avaliação de programas, mas também uma inflexão na tendência assumida pela política macroeconômica, que não tarde para além do início do próximo ano, pois, do contrário, a concretização do PPA 2004-2007 estará em risco.